

Memórias sobrepostas da Faculdade de Direito da UFMG*

Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena
Professor emérito da Faculdade de Direito da UFMG.
Desembargador do Trabalho. Aposentado.
Doutor em filosofia do direito.
Mônica Sette Lopes
Professora associada da Faculdade de Direito da UFMG.
Desembargadora do Trabalho.
Doutora em filosofia do direito. **

“Quero a utopia, quero tudo e mais,
Quero a felicidade nos olhos de um pai,
Quero a alegria, muita gente feliz,
Quero que a justiça reine em meu país.
Quero a liberdade, quero o vinho e o pão,
Quero ter a amizade, quero amor, prazer,
Quero nossa cidade sempre ensolarada,
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver.”
(Coração Civil, Milton Nascimento e Fernando Brant)

Ele acordou e disse a ela na voz cheia de conforto: “Sonhei com o Professor Carlos Campos. E foi tão bom. Uma conversa como antigamente. Ele e eu indo até o ponto de ônibus de Lourdes. Ele falando. Eu ouvindo”. Um sono bom. Havia nele a calma que só pode vir do tempo perfeito no passado. Uma experiência da sala de aula no antigo prédio da Faculdade Mineira de Direito na segunda metade da década de 40 antes da federalização. A casinha branca e as escadas. O aluno que não era muito aplicado. O

* Publicado em VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de, LOPES, Mônica Sette. Memórias sobrepostas da Faculdade de Direito da UFMG. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 40, p. 83-97, 2012. *Edição dos 120 anos da Faculdade de Direito da UFMG da Universidade Federal de Minas Gerais (1892-2012)*

** Os autores agradecem, especialmente, pela graça do diálogo ao telefone, no calor de manhãs muito divertidas, as informações compartilhadas pelos Drs. Domingos Jório Filho (em Guarapari), Mauro Thibau da Silva Almeida (em Belo Horizonte) e Ursulino Tavares Leão (em Goiânia), todos formandos da turma de 1950 da Faculdade de Direito da UFMG.

esgotamento da vida inteira vivida na lembrança do velho professor. O aluno que não se entregava totalmente às linhas principais do curso, mas 63 anos depois se lembra da frase do professor, que resume a busca num pensamento crítico da filosofia geral e da filosofia do direito: “Essa é que é a verdade”.

No ir e vir daquela manhã do sonho, ele salpicou os minutos, entrando e saindo da sala onde ela estava repetidas vezes cheio de histórias. O som da voz penetrava no ambiente refazendo pessoas, dias, lugares. Refazendo a presença em convivência. Os nomes dos colegas identificando as relações. A natureza dos vínculos.

Zé da Lógica morreu cedo, mas continuava no conto que virou lenda. Ele se gabava de ser filósofo e, um dia, tinha suscitado a ira do Professor. Mas na necessidade de narrar, a lembrança vinha fragmentada. Qual era exatamente a frase, a pergunta? O que era exatamente que ele tinha dito? E depois de entrar e sair inúmeras vezes da sala, com a interrogação voltando para o passado, ele telefonou para o ex-colega que mora em Goiânia para as perguntas. Qual fora a pergunta do *Zé da Lógica*? Qual fora a resposta do professor? E mesmo antes da declaração, na antecipação dela, já estourou num riso que o impedia de ouvir. Do outro lado da linha, Ursulino Leão recobrou o ritual do diálogo no detalhe da palavra.

Zé da Lógica, do fundo da sala, dirigiu-se ao professor, no alto da cátedra, e perguntou:

- Professor, estou lendo *Psicanálise ao alcance de todos*. O senhor acha que é bom?

E a resposta veio cortante:

- O senhor já viu ciência ao alcance de todos prestar?

E, depois, os dois buscaram a recordação de outro colega, *Zé de Oliveira*, que, no meio da mais profunda exposição filosófica do Professor Carlos Campos, não resistia e gargalhava na sala. *O que é metafísica?* Um desentendimento da filosofia a que não resistia só com o silêncio. Precisava rir em explosão. *Zé de Oliveira* que era professor de dança no Elite e morreu no dia em que foi aprovado num concurso para promotor. Assim, o riso, o corpo, a dança, a filosofia, o direito, a vida, a morte. O instantâneo na miscelânea. *Essa é que é a verdade*, uma frase de efeito a cortar o prosseguimento da angústia. Boa ou má. Essa.

O velho professor, longe da voz doce do sonho em reminiscência, toca o ponto fulcral da concepção da ciência e quase desvenda essa verdade, que é problema no direito, esse objeto de conhecimento presumido de todos, na redundância da questão que não sai da cabeça dela. O direito ao alcance de todos como um problema epistemológico a se enveredar pelas décadas.

Mas ali, ao telefone, no entremeio da conjunção da memória dos colegas que vinham de tão longe, ela simulou uma entrevista e perguntou, evasiva quase, como era. Como era a escola no prédio antigo. Como eram os professores. Como era a convivência. Como eram os alunos. Como eram as alunas.

E na mistura da voz viva a seu lado e da voz pelo fio, eles foram enquadrando os fatos em multifárias tonalidades. Com emendas irregulares. Com pedaços que permaneceram incompletos. A *escolinha* antiga numa casa branca bonitinha. As salas de aula pequenas. Uma casa branca pequenina, na porta da praça. O

andar de cima e o andar de baixo. A escadaria. O tablado mais alto onde ficava o professor. O respeito. A ordem. Um banco para cada cinco alunos. Todos de terno e gravata. E eles se lembraram de cordialidade. Uns com os outros. O prédio derrubado. A perda de acesso pelas escadas bifrontais.



Alunos da turma de 1950 em foto de 29.11.1948: 1) Hersenderio Alves, 2) José Mendes de Faria, 3) Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena, 4) José Hugo Castelo Branco, 5) José Hugo de Carvalho e 6) Domingos Jório Filho

Entretanto chamou a atenção dela a descrição detalhada do tinteiro disponível na carteira. Um meio diferente para transpor o conhecimento da voz para o papel: Como devia ser a expressão naquele meio? O líquido extraído do recipiente com técnica marcando o papel. As manchas. Cada carteira com seu tinteiro e os alunos levavam a pena porque poucos tinham caneta-tinteiro. Artigo luxuoso. As penas de materiais variados de acordo com a disponibilidade de cada aluno.

O tinteiro se transformando em caneta esferográfica nas décadas de 60/70 em que ele fora professor, na caneta e no livro de bilhetes da década de 80 em que ela fora aluna, no celular-tablet-notebook dos anos 2000/2010 em que ela é professora. A faculdade escalando seus 120 anos nos vários modos de lavrar a escritura: esse meio de

o direito se expressar. Porque se escreveu diferente em cada tempo. Porque o meio da escrita interfere de conhecimento do direito.

E não era só essa a mudança. No meio de registrar. Não era apenas no objeto. Nas pessoas também a transformação. No gênero. Homens e mulheres.

Ninguém tomava conhecimento das mulheres, eles disseram. E, de fato, as duas colegas, únicas mulheres da turma, não frequentam as histórias que eles gostam de lembrar. Elas não estão na história. Elas não falam, não se manifestam na sala, não participam de nada com eles. Elas não reagem. Elas eram as mulheres da turma: o outro no gênero. Elas não tinham lugar na convivência naquele universo essencialmente masculino. A única menção na constância vem como uma frase de efeito sem que se marque a essência, sem que se defina nelas o ser: na-nossa-turma-havia-duas-mulheres-Nilsa-Cosac-Jely-da-Cunha. Elas têm nome. Mas eram mulheres de um tempo de mais silenciamento ainda.

Ela sentia sempre a questão feminina. Não seria igual se ela tivesse sido aluna junto com elas. Se fosse Nilsa, Jely e Mônica, ela não seria o que quis ser. O que tem sido. Ela não teria sido professora nos anos seguintes. Ela não teria sido juíza nos anos seguintes. Não era a mesma coisa ser mulher na década de 40 e na década de 80. Havia a diferença. Por mais que os processos de situação do feminino ainda estejam por construir, é diferente, simplesmente diferente ser mulher nos dois tempos. E ela olha suas alunas tão jovens, tão lindas, tão ingênuas às vezes e se pergunta se elas sabem desta diferença. Se a percebem. Se têm consciência dos riscos ou vão acordar lá na frente e entender porque ela dá o alerta geral no primeiro período do curso. Reparem

essa história do direito que transita pelos séculos sem registro do ponto de vista feminino. Sem lugar para ele. Cuidado com o que vocês vão fazer das suas vidas. Cuidado com o tempo que não volta.

Na confusão do diálogo ao telefone, Ursulino faz troça da visão do amigo sempre atrasado. E ela repete a pergunta sobre os professores. Como eram as aulas. Como eram os professores. Porque de algum modo eles persistem no desvio para o ritmo solto da convivência. A escola. A praça. A Avenida Afonso Pena. Os cafés perto da Praça Sete. Pérola. Nice. Tudo emendado na cidade que afluía para a casa branca da praça. O andar de cima e o andar de baixo.

E ele insiste na lembrança do colega que lhe impõe filosofia no alto da noite no Café Nice. “Você acha que a alma é mortal ou imortal?”. E com medo da resposta errada, com medo do colega exaltado, ele retoma a dúvida. “Vou simplificar a resposta: para saber se ela é mortal ou imortal, é preciso antes saber se ela existe”. E sai correndo com os colegas sem esperar reação.

Ele não quer falar dos professores. À exceção de Carlos Campos e de Amílcar de Castro, é como se ele não tivesse vivido os outros. Mas Ursulino recita os nomes marcando as sílabas, recortando identidade e tempo na voz. Letra a letra. Carlos Campos (introdução à ciência do direito), Cândido Naves (processo civil), Pedro Aleixo (penal), Orlando de Carvalho (teoria geral do Estado), Valle Ferreira (civil), Washington Pires (medicina legal), Franzen de Lima (civil), Mário Casassanta (constitucional), Lincoln Prates (civil e comercial), Amílcar de Castro (processo civil e internacional privado), Alberto Deodato (internacional público e ciência das finanças), João Eunápio Borges

(direito romano e comercial), Pinto Antunes (legislação trabalhista e direito industrial e economia política), Francisco Brant (processo penal e penal – diretor da faculdade), Odilon Andrade (administrativo). Novos telefonemas acontecem porque é preciso conferir dados na distância dos dias.

E ela insiste no como eram as aulas. E de algum modo a versão dos dois colegas coincide. Porque o registro que guardam é mais da convivência. O professor era boa praça. Tinha casos interessantes. Era simpático. O professor contava histórias. Conversava com eles. Nada sobre o direito em geral. Era muito bom, eles dizem a ela sempre rindo. E se lembram de uma prova lida pelo Ursulino em voz alta. E da avaliação do professor: de direito das finanças não tinha nada, mas estava muito bem escrita. O direito sempre escapando das palavras previsíveis. E houve um que colou um dia e tirou nota maior do que os que deram a cola. E o traçado da escola renova-se na medida da mesmeidade.

Dos colegas, eles se lembram do Bico. Que morreu cedo. E dos outros que foram morrendo e da construção destas vidas, que se somam na morte que resume a permanência na convivência. Que foi. Que passou.

Os alunos que se juntavam na sala, de janela baixa, que alguns pulavam, como se fosse porta para entrar e sair, congregavam na cidade cinquentenária as partes todas das Minas Gerais que se alinhavam no centro urbano da capital ainda em construção. Itaúna, Divinópolis, São Gonçalo do Sapucaí, Turvo (hoje Andrelândia), Mantena, Inhapim, Montes Claros, Sete Lagoas. Além dos que vinham de mais longe, como de Anápolis, Goiás. E as ruas da cidade eram porta franca para assumir a vida. E

as ruas da cidade se coloriam do colega, eterno candidato a Prefeito, Néilson Thibau, cuja plataforma tinha o sonho de trazer o mar para Belo Horizonte. E no sedimento da continuidade, ela se lembrava da mãe envergonhada porque, menina de colo, na Praça Sete, onde a cidade inteira se agregava na década de 60, ela chamara a atenção do político recitando, nas primeiras falas, seu slogan repetido na televisão: Thibau eleito povo satisfeito, Thibau na Prefeitura, água com fartura. A cidade onde faltava água. Os baldes recolhidos no vizinho. A economia como sentido para manter o de que se necessitava.

E ao se encontrarem, Domingos Jório, Mauro Thibau e ele, mais de 60 anos depois, voltam-se na lembrança como se fosse da noite para o dia. Fluxo contínuo. E é um relógio que os desperta. Mauro Thibau não sabia exatamente o que acontecera. Domingos emprestara um relógio despertador a Paulo Emílio porque ele precisara acordar cedo para pegar o trem para São Gonçalo do Sapucaí de manhãzinha e, algumas semanas depois, pedia insistentemente a devolução do objeto. Cansado da cobrança do amigo, ele preparou um *embornal*, embrulhou cuidadosamente relógio despertador, mas, antes de fazê-lo, programou-o para que ele acionasse o despertador às 9h30, exatamente no meio aula do Professor Pedro Aleixo. O relógio era dos grandes e tinha ainda um repique: para prevenir o cochilo. Quando se supunha que o barulho acabava, ele reiniciava o toque e fazia isto por mais duas ou três vezes. Não houve falha nos planos. Às 9h30, o sinal do despertador varou a sala. Ninguém mexeu. Os alunos perfilados nas carteiras, cinco a cinco, ficaram imóveis como se nada acontecesse, principalmente os dois únicos que entendiam exatamente o que se passava. Domingos olhava na direção dos colegas, como se buscasse neles uma explicação. Mas sabia que

tudo era mais uma *armação* do amigo que há pouco lhe havia devolvido seu relógio bem acondicionado. No bolso, o som do despertador incontido. A cada silenciamento o professor, solene, impassível, retomava a frase de onde parara como se não houvesse o estrondo do trinado. *Posso continuar?* A voz inalterada.



Foto de 31.05.2012: Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena, Mauro Thibau da Silva Almeida e Domingos Jório Filho

Anos depois, numa noite de 2012, ao se reencontrarem, foram os dois a contar a Mauro Thibau, o que acontecera exatamente naquele dia, porque ele, com a memória pronta para todas as inquirições, não entendia o que fora aquela perturbação no andamento da aula. Nada de teoria jurídica, por certo. Nenhum tipo, conceito, relação que pudesse ser explicada juridicamente naquele incidente. Mas nele talvez o sentido da convivência que cerca e justifica o transe da humanidade. Ela é possível em qualquer lugar, evidentemente. Mas numa faculdade de direito ela forma o espírito para a dimensão iminente e contumaz do conflito. Ela chama a atenção para a responsabilidade para a ação que haverá em cada um, que deverá haver em cada um, na medida em que seu ofício disser respeito aos vários ritmos das relações entre pessoas.

Ela se entretiveu com eles na lembrança absolutamente sincera e, de certa forma, aquele relógio tocou de novo seu som de despertar, como vinha fazendo a cada vez que ele reunia as pessoas (amigos, parentes, netos) e recontava o caso exagerando nos detalhes, gesticulando na imitação silenciosa do professor. Aquele despertador tocara em todas as turmas que sucederam a de 1950 e continua tocando, na marca do tempo especial, peculiar que é dividido na amizade. Como um sino badalado pelo Samuel a chamar os alunos para a realidade da aula.

Aquele despertador foi retomado por ele, na voz, nos anos 60/70 quando lecionou na graduação disciplinas fundamentais de direito privado, no paralelismo com o direito do trabalho ou, como costuma repetir, porque só se aprende uma disciplina jurídica a partir do cotejo com as demais. Quando mais se sabe direito civil, mais se sabe direito do trabalho.

Porque ao se formar, ele vivenciou uma intransponível sensação de *não saber direito*. E tudo o que fez a partir dali foi para testar se sabia. De volta à Faculdade, para a pós-graduação a marca dos Professores Paulo Neves de Carvalho, Gerson Boson, Celso Barbi. A aprovação em concursos para juiz em Minas e para juiz do trabalho no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, esses dois os primeiros concursos feitos nas respectivas regiões. A tese defendida: Justiça distributiva e técnica jurídica. A livre docência como resultado da classificação em segundo lugar no concurso para professor titular. E tudo como parte do teste de haver aprendido, de aprender. E de, assim, poder ser professor.

E não há ortodoxia no ato de ensinar. Ele sabia. Tinha aprendido. A pedagogia é ilimitada nas fórmulas. É por isto que a memória dos alunos, em regra, retém

as informações desordenadamente. Alguns na facilidade das anotações, dos esquemas. Outros, na sensação guardada para ser capturada no futuro. O relógio que desperta. O colega que pula a janela. A praça. A rua. As relações. Um dia depois do outro, como na lógica dos conflitos com os quais o direito opera.

Talvez a história mais simbólica que ele conte destes tempos de professor, seja aquela do aluno que no dia da prova perguntou como se escrevia enriquecimento, tema da proposta de dissertação em torno do enriquecimento sem causa. E ele, na resposta pronta, teria dito: Com H porque vem de Henrique. O colega que se encontrava com ele na sala, conversando, olhou assustado, à espera da explicação racional. E ela veio: Não se pode tirar a ilusão das pessoas.

Ela não tem bem certeza se a história foi assim mesmo. Exatamente assim. Ou se ele alargou uma situação qualquer, vivida em parte, imaginada em parte, para demonstrar a tese do velho professor que continuava fundando seus sonhos: Essa é que é a verdade. Uma verdade que só se aprende no susto, no despertador que toca, no som do imprevisto. E que precisa ser aprendida assim na Faculdade de Direito porque nada nele, no direito, é ritual, é ordinário, é calmo ou previsível.

Assim eram também as perguntas de prova oral sempre sem resposta, porque não poderiam ser planejadas: O que é norma heterotópica? Giordana de Possas é homem ou mulher? Um canto de página a explicar a origem da norma fora do sistema a que pertence. Um canto de fala em que ele, na aula, enfatizou que o autor Giordana de Possas era homem. *Para ver se eles estavam prestando atenção.* Coisa que ele nunca conseguiu fazer, mas tinha consciência da riqueza que seria marcar a história na

recordação dos alunos. É preciso prestar atenção no inesperado. Às vezes há perguntas que não se pode responder. No direito é assim. Essa, a verdade.

E ela se lembrou de quando foi sua aluna na Pós-Graduação na segunda metade da década de 80. E de como aqueles dias abriram uma dimensão diferente de toda a experiência de aprender. Não apenas por causa dele. Mas por causa de um assustamento na fala sobre o direito. Junto com ele, os Professores Joaquim Carlos Salgado, Elza Afonso, Paulo Neves de Carvalho, Mesquita Lara, João Batista Vilela, Artur Diniz, Aroldo Plínio Gonçalves conseguiram dela uma atenção que não tinha sido despertada no bacharelado. Não era um problema dos professores. Era uma coisa dela mesmo. Uma indisponibilidade para aprender a partir de uma metodologia voltada para secura da lei. Num alimpamento dela que não acontece da rua para fora. E foi preciso tempo para fazer a mistura, para por os tópicos em movimento e situá-los num percurso cheio de história na experiência de interseção dos fenômenos jurídicos com a vida a que eles destinam.

O diferente naquelas aulas de teoria do método jurídico e de hermenêutica jurídica é que elas não apontavam para qualquer certeza. Só havia perguntas. A maioria sem resposta certa, sem força de conteúdo que exaurisse o tema. Tudo fragmentado num modo muito diverso de entender e tentar explicar a insuficiência do ser humano e do direito tão dele. Ela se lembra da ordem: Vá estudar o que é *construction*. Veja o direito inglês. Veja o conceitualismo jurídico. Nada do mesmo. Nenhum esquema possível. A construção no improvisado.

E foi assim que ela refez a passagem dos anos de escola. Alguns entre

os 120 que ela celebra. Sua lembrança era cheia de lugares. As janelas enormes do prédio da Fafich na Rua Carangola onde fizeram o primeiro período. A vista solta para a cidade descortinada divagando no meio da aula. Do alto. As janelas abertas. O vento. A rampa para a rua. Uma desinteligência daquele direito. Uma dúvida de saber. Onde estava o direito? O caminho a pé da Avenida Paraná até a Avenida Álvares Cabral. O ônibus. O Fusca 76. O prédio da Av. Álvares Cabral e seus elevadores cheios de angústia. A porta de entrada como se fosse uma praça de interior (a cidade dentro da cidade) onde não se passava sem encontrar um amigo que ficaria para a vida em infinito. Os bancos para conversar. As tentativas de desvendar os livros na biblioteca. O café na esquina. Os tempos de CAAP e a sofreguidão para organizar despesas, para pagar débitos, para cumprir o dever de quitar o salário mensal às quatro empregadas da cantina. As tardes passadas a lavar os banheiros para a festa da noite (fonte de renda). As fugas com os amigos que são para sempre. As greves em sucessão. As passeatas pelas Diretas-Já na porta da escola. O prédio do DAJ ainda inacabado, sem elevadores. O prédio construído sobre a velha casinha que, 20 anos passados, não estava pronto. Os primeiros andares disponibilizados para os estagiários. A escada. A insuficiência dos serviços. E ela começou a entender por onde o direito entrava na vida. As pessoas chegando para o atendimento. A impossibilidade das respostas na voz ríspida da lei. Cada caso, um caso. E no meio deles, os colegas, as risadas, os chistes, as histórias se repetindo. No meio deles, um despertar para o futuro de ofício.



Sucessão na Diretoria Adjunta do DAJ, novembro de 1993: Renato Martins Prates, Mônica Sette Lopes, Prof. Wilson de Oliveira, Professor Lourival Vilela Viana, Antônio Augusto Junho Anastasia, Regina Viana, servidora Maria Quadra.

A concepção dele sobre ser juiz e sobre ser professor é bastante desigual. Um sentimento de absoluta convicção na vocação para a magistratura, no sentido dela. Uma dúvida sobre o que se ensina e sobre o que se aprende, ainda que seja sempre uma emoção o seu reencontro com os alunos. Um respeito agasalhado pelo fulgor com que eles se lembram de como foram, do que foi, de onde estiveram.

E ela olha o espaço do magistério como de revivência da amizade: os colegas e os alunos. Não há ilusões quanto aos movimentos possíveis, as disputas tão humanas. Mas há um intocável que fica na vida e na morte. Perene. Constante. Porque a única lembrança que enche a voz dele de calor é a do amigo professor que desistiu de viver. *Olha o que você está fazendo com você, Adriano.* E na resposta evasiva do Professor Adriano Andrade, do amigo na essência da amizade, ele reconhecia o desleixo com a vida. E não conseguia tocá-lo. Não pode agarrá-lo. E ela conta isto para a amiga que se formou na década de 70. Fala da impressão de que a memória dele, que ela

tentou puxar nos últimos dias para escrever este texto, só guarda da Faculdade o periférico da convivência em todas as suas nuances, o jocoso numa profusão que ela nem pode trazer para o texto, o dolorido das perdas, da morte dos amigos. E no dia seguinte a amiga liga para ela. E diz que ficara se lembrando do Professor Adriano Andrade de que fora aluna. Depois da conversa, fígada na impressão do tempo ido, ela se lembrava de tê-lo visto fumando, triste, sozinho, perdido numa churrascaria. E, principalmente, ela revivera a sensação de querer ir até ele, conversar, falar, tirá-lo de onde estava, escavar o isolamento e trazê-lo para fora de seu sorriso irônico. Quase sarcástico diante do mundo e do devir. Agarrar sua vida na mesma pergunta: *Olha o que o senhor está fazendo consigo, Professor?* Mas ela era a aluna e ele, o professor. Havia uma distância que ela considerou intransponível. E ela se lembra de vê-lo sair frágil, com dificuldade de andar e, no dia seguinte, a notícia de que o professor morrera. No telefone, as duas na história igual vivida por caminhos diferentes. Sempre no sem propósito da beleza de vidas tão guardadas. No remoto da convivência, os corpos se tocando sem se tocar. Os olhos decifrando as incontinências da vida. Os tropeços. Os ditos e os não ditos.

E ela se revolveu no tormento que é imaginar que cada um dos 150 alunos do semestre tem uma história. Percorre o trajeto das suas circunstâncias. E pode ser uma única palavra ouvida a que pode magoá-los, tocá-los, mover a sua perspectiva e suas opções de estar no mundo. *Olha o que vocês estão fazendo com vocês.* Uma única palavra pode interferir na sua concepção do ofício, mesmo que não seja um conceito, mesmo que não seja um artefato do direito. Porque não importa se não há mais o tinteiro nas carteiras. Não importa se elas hoje são individuais e se a troca recente levou embora

aquelas que estavam lá há mais de 20 anos. Não importa se não se pulam mais janelas. Não importa se os alunos se comunicam uns com os outros por mensagem no celular e não mais por papéis pautados dobradinhos. Nada disto importa, porque são as pessoas que entram e saem da sala, que buscam hoje no espaço do CAAP, o que buscavam antes na porta da escola, o espaço triangular convertido em praça, convergindo para os encontros.

E ela se revolveu no tormento que é saber que por trás de cada processo, de cada ação, de cada ato administrativo, de cada lei, há pessoas. E este é o grande sentido da pedagogia do direito. E pode haver acerto. E pode haver erro. Pode haver injustiça. Pode haver justiça. E é preciso ensinar este saber. Este risco. Este medo.

E se revolveu neste pensamento sob o impacto da lembrança de sua última lição na escola.

Durante a maior parte dos anos de faculdade, ela fez parte de um coral. Era um grupo amador, vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas, também da UFMG, que cantava em casamentos, missas e eventos os mais variados sem o registro de qualquer erro comprometedor, qualquer percalço maior. Por isto, quando um dos integrantes da comissão de formatura de sua turma – a de dezembro de 1984, que se graduou em fevereiro de 1985, por causa da greve – pediu que ela intermediasse os contatos para a apresentação do grupo, tudo pareceu normal. No dia da colação de grau, o Minascentro engalanado, o auditório lotado de pais, parentes e amigos, ela os achou vestidos mais informalmente do que de costume para ocasiões como aquela, mas não se importou. Tudo havia sido ensaiado como sempre. De alguma forma, ela não antecipou

que naquelas pessoas, todos universitários vindos dos mais diversos cursos, havia um desconforto de estar numa formatura da faculdade de direito, que eles não conseguiam enxergar no contexto da universidade a que todos pertenciam. Era uma concepção deles, mas diz algo sobre a inserção geral dela. Diz algo, subliminarmente que seja, sobre as demandas de um direito ao alcance de todos, que deveria existir na naturalidade do seu conhecimento e de sua assimilação.

A primeira música foi o hino nacional e o desacerto foi tão grande em algo que deveria ser cantado em uníssono que ela chegou a desesperar. Nas demais canções em que haveria várias vozes o desencontro foi total e na última, Coração civil, uma mensagem perfeita para aquele dia no seu significado, ela saiu da fila dos formandos e foi cantar com o grupo. Havia um misto do desejo de ajudá-los a acertar o arranjo na conjunção das vozes, da necessidade de assumir aquilo como dela e de evitar que falassem com ela sobre o erro, sobre o que não deveria ter acontecido. Mas aconteceu. Não adiantou. Alguns anos depois, ainda advogada, no escritório de um ex-colega para acertar um acordo, ela ouviu do irmão dele, do nada, a frase: “A formatura de vocês foi ótima, mas aquele coral...” Os colegas de escritório, em qualquer reunião, durante anos, imitaram a confusão das vozes e as palavras sem sentido. E assim, no conforto da amizade, pesadelo virou saudade e sonho, riso e alegria. Desculpa para conviver e ser feliz.

Aquela foi a última lição: a de que o tempo não volta, a de que os erros se consolidam no mundo, a de que os conflitos ocorrem a depender do modo como a voz é solta no ar, a de que as coisas se acomodam, se transformam. E aqueles minutos de

música, que pareciam não acabar nunca, foram o repique estridente de um despertador para o risco de não ser entendido, de a mensagem não se transportar para os destinatários. No incômodo do som sem sentido que não parava estava a metáfora para a vida dissonante, para as vozes fora do tom na marca do conflito, para o desentendimento. Estava a metáfora para o tempo que renova a alma e aquieta a aflição. No desconforto da audição do grupo fora do lugar, fora do tom, estava escondida a mensagem sobre o sentido do direito como lugar da justiça. Sobre o imprevisto e a necessidade de saber como conduzi-lo em qualquer grave. E o mais grave, o mais dilacerante era a dor da poesia na canção que o desacerto no som escondia. Nela o sonho de ouvir a voz do amigo de todo o tempo. Nela o sonho da utopia que as pessoas podem fazer do sonho que se forma em verdade, do sonho que um dia se realiza ainda que seja numa manhã de revivência da lembrança de um tempo em que se viveu a intensidade da amizade numa casa branca de escadas, num prédio de elevadores que não funcionam, numa sala com tinteiro, numa sala com canetas, numa sala com celular-tablet-notebook. Na poesia fragmentada, princípio, meio e fim. Um sonho teimoso que está sempre pronto a se realizar nos corredores, nas escadas, nos elevadores, nas salas de aula da Faculdade que completa 120 anos e aponta para o futuro, para a vida a levar o que a gente aprende a ser, o que a gente sabe ser.

Se o poeta é o que sonha o que vai ser real
Vou sonhar coisas boas que o homem faz
E esperar pelos frutos no quintal.
Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê o poder?
Viva a preguiça, viva a malícia que só a gente é que sabe ter.
Assim dizendo a minha utopia eu vou levando a vida
Eu viver bem melhor
Doido pra ver o meu sonho teimoso, um dia se realizar.
(Coração civil, Milton Nascimento e Fernando Brant)

